



ANEXO 08 - MINUTA DE CONTRATO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICO Nº 10/2026

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM
O MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO E

_____.

O MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 87.612.537/0001-90, com sede no Centro Administrativo Municipal, na Rua Dr. João Freitas, nº 75, Passo Fundo/RS, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Pedro Cezar de Almeida Neto, brasileiro, inscrito no RG sob o nº 1064289778 SSP/IGP/RS e CPF sob o nº 657.414.550-34, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa _____, estabelecida na rua _____ nº _____, na cidade de _____, inscrita no CNPJ nº _____, e-mail: _____, pelo seu representante infra-assinado, doravante denominada CONTRATADA, considerando o resultado da **Concorrência Eletrônica nº 10/2026**, conforme consta do **Processo Interno nº 2025/52944**, firmam o presente contrato, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 23/2023 e as condições seguintes:

1.0 - DO OBJETO DO CONTRATO

1.1 - O objeto deste contrato é a prestação de serviços técnicos de assessoria e consultoria para retomada de revisão do plano diretor do município, com o fornecimento dos materiais e da mão de obra necessários, conforme as especificações contidas no edital e nos anexos, aos quais os interessados devem submeter-se sem quaisquer restrições.

1.2 - Demais informações pertinentes ao objeto do contrato estão detalhadas nos anexos do edital.

2.0 - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

2.1 - O preço global estimado do presente contrato é de R\$ _____ (_____), conforme detalhado na tabela a seguir,

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Preço total
1	Assessoria e consultoria para a retomada da revisão do Plano Diretor do Município, incluindo análises, estudos, propostas, debates e projetos de lei e regulamentos, entre outros elementos descritos no Termo de Referência	Unid.	1	R\$	R\$
2	Capacitações	Horas	80	R\$	R\$
Preço global (soma dos preços totais)					R\$

2.1.1 - Os pagamentos serão efetuados com base nos critérios de pagamento, expostos nos subitens 7.2 e 7.3 do Termo de Referência.



2.2 - De acordo com a Secretaria de Finanças, os pagamentos serão efetuados até o décimo dia útil após a emissão da(s) Nota(s) Fiscal(is), conferida(s) pela secretaria requerente (fiscal do contrato).

2.2.1 - Os valores devidos à CONTRATADA, não sendo pagos no prazo estabelecido, e desde que o atraso decorra de responsabilidade do CONTRATANTE, serão corrigidos segundo a variação do IGP-M, acumulado no período que mediar entre a data prevista para pagamento e a data do efetivo pagamento.

2.3 - É requisito prévio para pagamento das faturas o envio à tesouraria do CONTRATANTE dos seguintes documentos:

- a) Certidão Negativa de Tributos Federais, Estaduais e Municipais.
- b) Certificado de Regularidade perante o FGTS.
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

2.3.1 - Os pagamentos somente serão efetuados mediante a retenção, se cabíveis, do INSS, conforme Instrução Normativa RFB nº 2.110/2022, e do ISS, conforme Decreto nº 28/2005.

2.3.2 - O Município procederá à retenção na fonte do Imposto sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR quanto aos pagamentos efetuados à CONTRATADA, sempre que cabível, nos termos da Instrução Normativa RFB n 1.234/2012 e do Decreto Municipal nº 115/2022.

2.3.3 - A última parcela do pagamento somente será quitada, mediante apresentação da Guia da Previdência Social - GPS, Certidão Negativa de Débito referente ao objeto da contratação e comprovantes de regularidade perante o FGTS.

2.4 - A inadimplência da CONTRATADA em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá ao CONTRATANTE a responsabilidade pelo pagamento desses encargos e não poderá onerar o objeto do contrato.

2.4.1 - Em caso de reclamatória trabalhista contra a CONTRATADA em que o Município seja incluído no polo passivo da demanda, independente da garantia ofertada, será retido, até o final da lide, valores suficientes para garantir eventual indenização.

2.5 - A CONTRATADA deverá emitir nota fiscal/fatura em moeda corrente do país e com a mesma razão social e o mesmo CNPJ apresentados no procedimento licitatório. A nota fiscal/fatura somente será liberada para pagamento quando a entrega for feita em total conformidade com as especificações exigidas pelo CONTRATANTE.

2.6 - Para fins de pagamento, a CONTRATADA deverá, no momento da entrega da nota fiscal/fatura, informar e manter atualizado, junto ao Núcleo da Pagadoria (Secretaria de Finanças), o banco, o nº da agência e o nº da conta na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome da pessoa jurídica, ou seja, da empresa licitante vencedora.

2.7 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendentes de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.



2.8 - Caso a CONTRATADA não efetue o pagamento no prazo estipulado, o valor da multa será descontado de faturas devidas à CONTRATADA, decorrentes deste contrato ou de outros contratos que a CONTRATADA possua com o CONTRATANTE.

2.9 - As despesas referentes aos serviços objeto do presente contrato serão empenhadas nas seguintes dotações orçamentárias (vigente e/ou subsequente):

Recursos	Dotações 2026
Secretaria de Planejamento	1787
	3337

3.0 - DOS PRAZOS, DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO

3.1 - A partir da data da Ordem de Serviço expedida pela secretaria competente (por meio do fiscal do contrato), a CONTRATADA deverá iniciar a prestação dos serviços num prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos.

3.2 - O contrato terá vigência pelo período de 20 (vinte) meses, contados da data da assinatura.

3.2.1 - Havendo interesse entre as partes e solicitado durante a vigência, o contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, por se tratar de serviço continuado, desde que respeitados os dispositivos legais vigentes, de acordo com os artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2.2 - Após 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, desde que solicitado pelo contratado, os preços poderão ser reajustados pela variação do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) ou outro índice legal que vier a substituí-lo. Esse reajuste não afetará as etapas em atraso devido à culpa da CONTRATADA

3.2.3 - A prorrogação do contrato será relativa aos quantitativos, aos preços e aos prazos inicialmente demandados, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosos para a Administração.

3.3.3 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

3.3 - O prazo estipulado para conclusão dos serviços será de 18 (dezoito) meses, a partir da data da Ordem de Serviço expedida pela secretaria competente.

3.4 - A CONTRATADA poderá solicitar reequilíbrio econômico-financeiro a qualquer momento, desde que devidamente comprovado. O CONTRATANTE fará análise da solicitação de reequilíbrio, que implicará a revisão dos preços para mais ou para menos, conforme o caso.

3.5 - Na análise da solicitação de reajustamento dos preços contratuais ou da solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro de item da planilha de orçamento, o CONTRATANTE deverá observar a Matriz de Riscos.

3.6 - Em caso de prorrogação de prazo, alteração de quantitativo, reajuste ou reequilíbrio aplicar-se-á o que for disposto no contrato mediante aditamento.

3.7 - Quaisquer supressões ou acréscimos de serviços que porventura ocorram serão calculados pelos custos unitários da proposta inicial e mediante aditamento ao contrato.



4.0 - DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

4.1 - A gestão e fiscalização exercerão controle com relação à qualidade dos serviços executados, através da(s) secretaria(s) competente(s).

4.2 - O gestor do contrato possui atribuições e funções de administrar todo o contrato, desde sua concepção até a finalização, nos termos do artigo 14 do Decreto Municipal 23/2023.

4.3 - O fiscal do contrato técnico e o fiscal administrativo serão designados, pela autoridade do órgão ou entidade, mediante expedição de portaria, para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, nos termos dos artigos 15, 16 e 17 do Decreto Municipal 23/2023.

4.4 - Quando não houver nomeação específica, mediante expedição de portaria, o gestor do contrato será o secretário da secretaria requisitante.

5.0 - DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - DO CONTRATANTE:

5.1.1 - Exigir o exato cumprimento do objeto e das cláusulas contratuais;

5.1.2 - Atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo término da prestação de serviço do objeto deste contrato;

5.1.3 - Aplicar à CONTRATADA penalidades, quando for o caso;

5.1.4 - Prestar à CONTRATADA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do contrato;

5.1.6 - Notificar, por escrito, a CONTRATADA da aplicação de qualquer sanção;

5.1.7 - Fiscalizar a execução do contrato por intermédio de servidor ou de equipe de servidores, designado(s) mediante portaria específica.

5.1.8 - Conduzir o processo da retomada da Revisão do Plano Diretor, realizando a coordenação geral e técnica dos serviços de fornecimento de mão-de-obra técnica especializada pela Empresa Contratada para o desenvolvimento dos trabalhos em atendimento ao estabelecido neste Termo de Referência;

5.1.9 - Emitir a Ordem de Serviço para início da execução dos serviços, após a publicação de extrato do Contrato no órgão da Imprensa Oficial;

5.1.10 - Coordenar o desenvolvimento, gerenciamento e fiscalização das atividades e trabalhos prestados pela Empresa Contratada, fornecendo diretrizes, demandas técnicas e jurídicas, dinâmicas do território e requisitos para a elaboração dos produtos no exercício de suas atribuições em observância ao escopo do objeto;

5.1.11 - Notificar a Empresa Contratada no caso de irregularidades encontradas na execução dos itens solicitados solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais/serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;



5.1.12 - Emitir os Termos de Recebimento provisório e definitivo, de acordo com as normas de gestão e fiscalização de contratos e critérios de medição e pagamento, quando as fases e produtos estiverem de perfeito acordo com as exigências legais, técnicas e demais especificações deste Edital;

5.1.13 - Efetuar à Empresa Contratada os pagamentos nas condições estabelecidas no Termo de Referência, conforme o cronograma e aprovação dos produtos entregues, mediante emissão parecer da Equipe Técnica Municipal e da fiscalização. O pagamento será efetuado conforme emissão do Termo de Recebimento Definitivo, a medição do serviço executado e após a entrega da Nota Fiscal no setor competente, com desembolso em percentuais definidos no cronograma físico-financeiro;

5.1.14 - Constituir mediante Decreto e Portaria, Equipe Técnica Municipal, designando coordenadores e integrantes de equipe multidisciplinar, que comporão o Núcleo Técnico da Revisão do Plano Diretor, discriminando suas atribuições e designações, assim como a nomeação do fiscal técnico e administrativo do Contrato;

5.1.15 - Constituir mediante Decreto e Portaria as entidades e órgãos governamentais e não governamentais, de modo paritário, que comporão o Núcleo Gestor da Revisão do Plano Diretor, discriminando suas atribuições e designações;

5.1.16 - Providenciar antes do início dos serviços os registros específicos pertinentes às atribuições estabelecidas aos integrantes da Equipe Técnica Municipal, junto às repartições a ART junto ao CREA e/ou RRT junto ao CAU competente;

5.1.17 - Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários através dos documentos pertinentes;

5.1.18 - Divulgar e dar publicidade através da imprensa oficial do Município, página eletrônica (site) no Portal eletrônico do Município, entre outros meios de comunicação locais, os materiais, produtos, eventos e audiências públicas e demais elementos relativos à evolução dos trabalhos de retomada da Revisão do Plano Diretor ao longo da vigência do Contrato;

5.2 - DA CONTRATADA:

5.2.1 - Executar fielmente o contrato, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

5.2.2 - Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o material e a mão de obra;

5.2.3 - Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação, em especial a equipe mínima de profissionais designados e habilitados a integrar a equipe de técnicos multidisciplinares;

5.2.4 - Manter atualizados, junto ao Município, os dados cadastrais, com endereço completo, telefone e endereço de correio eletrônico (e-mail), dentre outras informações indispensáveis à comunicação entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE, de modo a viabilizar as convocações, intimações e notificações quando se fizerem necessárias;

5.2.5 - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto deste contrato, até o limite legal;



5.2.6 - Executar o objeto com boa qualidade, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, no edital e seus anexos;

5.2.7 - Ser responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

5.2.8 - Disponibilizar os equipamentos exigidos, ferramentas, materiais, pessoal devidamente habilitado e o que mais se fizer necessário para a execução do objeto;

5.2.9 - Responder pelo pagamento dos salários devidos pela mão de obra empregada nos serviços, pelos encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários respectivos, e, por tudo mais que, como empregadora, deve satisfazer;

5.2.10 - Respeitar e exigir que o seu pessoal observe e respeite as normas sobre segurança, higiene e medicina do trabalho e sua regulamentação, devendo fornecer aos seus empregados, quando necessário, os EPIs de segurança;

5.2.11 - Arcar com os custos de combustível e manutenção dos equipamentos que porventura necessite utilizar;

5.2.12 - Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do parágrafo único do artigo 48 da Lei nº 14.133/2021;

5.2.13 - Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE, garantindo-lhe o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

5.2.14 - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

5.2.15 - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior;

5.2.16 - Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal que se verifique na execução do objeto;

5.2.17 - Atuar no presente contrato em conformidade com a Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais);

5.2.18 - Indicar, no ato da assinatura do contrato, 01 (um) preposto devidamente habilitado, preferencialmente o coordenador/responsável técnico, com poderes para representá-la junto ao CONTRATANTE, em tudo o que se relacionar com o objeto do contrato. Deverá, ainda, informar o(s) número(s) de telefone, o endereço de correio eletrônico (e-mail) ou qualquer outro meio de comunicação que permita a agilidade no contato para o atendimento.

5.2.19 - Responsabilizar-se pela utilização de dados, documentos e base cartográfica em meio digital fornecida pelo Contratante, exclusivamente na execução do objeto contratado;



5.2.20 - Designar por escrito, no ato do recebimento da ordem de serviços inicial, o(a) Coordenador(a) Técnico(a) da Empresa Contratada na função de preposto(s) tendo poderes para resolução de possíveis ocorrências, assumindo a representação da licitante perante o município em assuntos relativos à execução dos serviços em cumprimento ao contrato;

5.2.21 - O(a) Coordenador(a) Técnico(a) da Empresa Contratada será responsável pela chefia dos trabalhos, respondendo à execução dos serviços da área técnica em cumprimento ao escopo do objeto. O(a) Coordenador(a) Técnico(a) deverá desempenhar as funções aludidas até o encerramento do contrato e exercerá a função como titular da sua atribuição;

5.2.22 - Dispor de profissional suplente do Coordenador(a) Técnico(a) titular, sendo obrigatório designar o(a) arquiteto(a) e urbanista que comporá equipe técnica exigida neste Edital destinado à função de interlocutor técnico quando da impossibilidade de o titular participar de reuniões técnicas presenciais no município;

5.2.23 - Em caso de impossibilidade da presença física do Coordenador(a) Técnico(a), titular e/ou suplente, conforme momentos definidos neste Termo de Referência, as reuniões técnicas, reuniões com o núcleo gestor, eventos, capacitações e audiências públicas não serão realizadas e poderão incidir as sanções cabíveis;

5.2.24 - É obrigatório que o(a) Coordenador(a) Técnico(a) titular da Empresa Contratada participe, presencialmente, sem ônus para o município, nas Capacitações e Audiências Públicas e, no mínimo, em 01 (um) reunião técnica em cada mês, durante a vigência do Contrato;

5.2.25 - A presença física dos demais integrantes da equipe da contratada dar-se-á, caso a caso, mediante convocação da Equipe Técnica Municipal, sem ônus para o município. Em caso de descumprimento solicitação, poderão incidir as sanções cabíveis;

5.2.26 - Submeter, em tempo hábil, em caso de justificada necessidade de substituição de membro de equipe indicada para execução dos serviços, o nome e os documentos demonstrativos da respectiva capacitação técnica de seu substituto à aprovação da Contratante. A documentação do profissional será analisada e pontuada de acordo com os critérios definidos neste termo de referência. O profissional substituto deverá ter, obrigatoriamente, qualificação técnica, no mínimo, igual à do substituído, sob pena de rejeição pelo município do aceite de substituição do profissional;

5.2.27 - Manter, durante a execução dos serviços, escritório físico no município de Passo Fundo/RS, sendo responsável pela montagem e estruturação do espaço físico local provido de toda a infraestrutura e equipamentos necessários à execução dos serviços deste Edital. Os equipamentos e programas de informática (Hardware e Software) devem ser compatíveis com os sistemas utilizados pelo município. Apresentar no ato da assinatura do contrato a documentação de comprovação em cumprimento a este requisito, conforme estabelecido no Edital.

5.2.28 - Apresentar no ato da assinatura do contrato as licenças, as aprovações e os registros específicos, junto às repartições competentes, necessários para a execução dos serviços contratados, em particular a ART junto ao CREA e/ou RRT junto ao CAU competente, entre outros documentos estabelecidos no Edital;

5.2.29 - Arcar com todos os ônus e encargos decorrentes da execução do objeto do Contrato, compreendidas todas as despesas incidentes direta ou indiretamente no custo, inclusive as previdenciárias e fiscais, tais como impostos e taxas, custos de deslocamentos, serviços



fotográficos, produção e edição de relatórios e mapas, material de apoio, técnico e equipamentos necessários à realização das reuniões, eventos, capacitações e audiências públicas;

5.2.30 - Facilitar o pleno exercício das funções da fiscalização do município, sendo que o não atendimento das solicitações feitas pela mesma, será considerado motivo para aplicação das sanções contratuais. O exercício das funções relativas à fiscalização não desobriga a Empresa Contratada de sua própria responsabilidade quanto à adequada execução dos serviços contratados;

5.2.31 - Manter reserva sobre as informações e os documentos recebidos da Contratante, para execução dos serviços, bem como dos gerados pela Empresa Contratada;

5.2.32 - A Empresa Contratada obriga-se a não prestar informações de qualquer natureza (técnicas ou não) a terceiros, sobre os serviços objeto da contratação, sem a prévia e expressa autorização da Contratante;

5.2.33 - Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da rejeição de serviços pela fiscalização do município e pelos atrasos acarretados por esta rejeição. A Empresa Contratada será considerada responsável pelos danos por ela causados, direta ou indiretamente, pelos serviços que executar ao longo do contrato, devendo fazer face ao custo integral dos reparos a tais danos, que causar a outrem ou ao patrimônio alheio;

5.2.34 - A Empresa contratada deverá manter sob sua responsabilidade cópia arquivada de todos os arquivos de peças técnicas produzidas pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos e deverá ser concedido pela Empresa contratada o direito de uso amplo e irrestrito de cópias das imagens pelos Órgãos da Administração Pública, conforme Termo de Cessão de Direitos Autorais e Patrimoniais;

5.2.35 - A Empresa Contratada deverá apresentar Declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço;

5.2.36 - A Empresa Contratada deverá garantir o comportamento moral e profissional de seus empregados, cabendo-se responder integral e incondicionalmente por todos os danos e/ou atos ilícitos resultantes de ação ou omissão destes, inclusive por inobservância de cláusulas contratuais;

5.2.37 - Manter a Contratante livre de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação ou omissão durante a execução dos serviços.

5.2.38 - Garantir que não existirá qualquer vínculo jurídico entre a Contratante e os empregados, subcontratados ou fornecedores da Empresa Contratada que, como tal, tenham ou venham a ter relação com a execução do objeto de que trata este documento;

5.3 - PERTINENTES À LGPD:

5.3.1 - As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.



5.3.2 - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

5.3.3 - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

5.3.4 - A CONTRATANTE deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

5.3.5 - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

5.3.6 - É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

5.3.7 - A CONTRATADA deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

5.3.8 - O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

5.3.9 - A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

5.3.10 - Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

5.3.10.1 - Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

5.3.11- O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD

6.0 - DAS PENALIDADES

6.1 - Os casos de inexecução do objeto deste contrato, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual sujeitarão a CONTRATADA às penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 64/2025, das quais se destacam:

I - Advertência;



II - Multa de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, por ocorrência, relativa à execução do objeto em desacordo com o solicitado neste contrato;

III - Multa de 0,1% (um décimo por cento) do valor total do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do contrato, além dos prazos estipulados neste contrato, limitado a 30 (trinta) dias-multa;

IV - Multa de 10% (dez por cento) do valor total do contrato, pela recusa injustificada da CONTRATADA em executar o contrato;

V - Multa de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato em caso de apresentação de declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato, ou em caso de fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;

VI - Multa de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato pela prática de ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei 12.846/2013;

VII - Impedimento de licitar e contratar com o Município de Passo Fundo pelo prazo máximo de 03 (três) anos, nas hipóteses previstas no parágrafo 4º do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

VIII - Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nas hipóteses previstas no parágrafo 5º do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2 - A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

6.3 - Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

6.4 - As penalidades administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 64/2025.

6.5 - O CONTRATANTE poderá extinguir o contrato nas hipóteses e condições previstas nos artigos 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021 e, especialmente, nos seguintes casos:

- a) por infração a qualquer de suas cláusulas;
- b) pedido de concordata, falência ou dissolução da CONTRATADA;
- c) em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato;
- d) por comprovada deficiência no atendimento do objeto deste contrato;
- e) mais de 03 (três) advertências.

6.6 - Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

7.0 - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

7.1 - O presente contrato conta com garantia de execução, nos moldes do artigo 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, de acordo com o item 11 do edital da Concorrência Eletrônica 10/2026, correspondente a 5% (cinco por cento) do preço global do contrato.



7.2 - A garantia mencionada servirá para o fiel cumprimento do contrato, respondendo inclusive pelas multas eventualmente aplicadas. Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, o contratado deverá proceder a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, contados da data em que for notificado.

8.0 - DA CESSÃO

8.1 - A CONTRATADA não poderá ceder o presente vínculo ou subcontratar o seu objeto para outra empresa, no todo ou em parte, sendo nulo de pleno direito qualquer ato neste sentido, além de constituir infração passível de penalidade.

9.0 - DA MATRIZ DE RISCOS

9.1 - A Matriz de Riscos do presente contrato consta no Anexo 04 do edital da Concorrência Eletrônica nº 10/2026, a qual contém os tipos de risco que podem afetar a contratação, a descrição completa de cada tipo, a respectiva materialização (efeitos caso o evento realmente ocorra), a mitigação (respostas potenciais) e a alocação (riscos atribuídos ao contratante, à contratada ou compartilhados). Essa matriz de riscos faz parte do presente contrato, independentemente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

10.0 - DO FORO

10.1 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Passo Fundo, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

11.0 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 - As comunicações entre as partes contratantes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente contrato, serão feitas sempre por escrito.

11.2 - A extinção do presente contrato observará o disposto nos artigos 137, 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo de eventual penalidade aplicável, assegurado o contraditório e ampla defesa.

11.3 - Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Municipal 23/2023, na Lei nº 8.078/1990, pelas demais normas aplicáveis ao objeto e, subsidiariamente, pelas normas e princípios gerais dos contratos.

As partes, por estarem justas e convencionadas, firmam o presente instrumento.

Passo Fundo/RS, de 2026.

MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO
Pedro Almeida
Prefeito Municipal

EMPRESA CONTRATADA
Nome
Cargo